

Wellington Gomes de Souza<sup>1</sup>  
Ivaneide Gonçalves de Brito<sup>2</sup>  
Oniveres Monteiro Castro<sup>3</sup>

## Resumo:

---

Durante muito tempo, o ensino de gramática foi pautado pelo caráter normativo da língua. Saber usar a língua, assim, consistia na ciência de falar e escrever corretamente, conforme diziam os especialistas. Todavia, os estudos sobre a língua propiciaram novos conceitos de gramática e uma nova visão acerca de seu ensino. Há certo conflito, ainda, sobre como ensiná-la e qual direcionamento pedagógico propor a esse processo. Ainda assim, é importante que entendamos a necessidade de sua abordagem na escola para a compreensão da língua enquanto um sistema de códigos linguísticos (em termos saussurianos) a ser assimilado. Dessa forma, é viável o pensamento sobre as implicações pedagógicas para o ensino da gramática de maneira includente e que considere as variantes linguísticas, recorrentes quando do uso da língua pelos falantes.

**Palavras-chave:** Gramática. Conceitos. Ensino.

## Abstract

---

### GRAMMAR: CONCEPT, APPLICATIONS AND IMPLICATIONS FOR THE TEACHING OF THE LANGUAGE

Teaching grammar was guided by a normative language view for a long time. Learning to use the language, thus, consisted in a science of speaking and writing correctly, as said by experts. However, studies about language produced new grammar concepts, besides a new vision about its teaching. There is also a certain conflict on how to teach it, and which pedagogical direction must be proposed to this process. Even so, it is important to understand the necessity of its approach in school as linguistics codes system to be assimilated (in accordance with Saussure ideas). Thus, it is feasible thinking about pedagogical implications to an inclusive grammar teaching form, which considers linguistic variants, recurrent when the language is used by speakers.

**Keywords:** Grammar. Concepts. Teaching.

<sup>1</sup> Aluno do mestrado profissional em Letras – Profletras – da Universidade Federal de Campinha Grande – UFCG – Campus Cajazeiras. E-mail: wellington83souza@gmail.com.

<sup>2</sup> Aluna do mestrado profissional em Letras – Profletras – da Universidade Federal de Campinha Grande – UFCG – Campus Cajazeiras. E-mail: ivaneidegbrito@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor Doutor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: profletras.cajazeiras@gmail.com.

## Resumen

---

### GRAMÁTICA: CONCEPTOS, APLICACIONES E IMPLICACIONES PARA LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA

Durante um largo tiempo, la enseñanza de la gramática se guió por el carácter normativo de la lengua. Aprender usar el idioma, así, constaba en la ciencia de hablar y escribir correctamente, como decían los especialistas. No obstante, los estudios sobre el lenguaje producidos nuevos conceptos de la gramática y una nueva visión acerca de su enseñanza. Hay algunos conflictos sobre cómo enseñar y cuál dirección proponer este proceso pedagógico. Aún así, es importante comprender la necesidad de su enfoque en la escuela para la comprensión del lenguaje como un sistema de códigos lingüísticos (en términos saussurianos) a ser asimilado. De esta manera, es posible pensar acerca de las implicaciones pedagógicas para la enseñanza de la gramática de manera inclusiva y considerar las variantes lingüísticas, recurrentes cuando el uso de la lengua por los hablantes.

**Palabras-Clave:** Gramática. Conceptos. Enseñanza.

## 1. Introdução

---

A abordagem feita sobre gramática apresenta imprecisões diversas, além de equívocos pautados nas indefinições acerca da consistência de seu ensino na escola. Isso ocorre devido aos variados conceitos sobre ela e, conseqüentemente, à tentativa de negação de seu conceito primordial, pautado no caráter normativo, cujo teor está relacionado às regras que devem ser respeitadas no uso da língua.

Com os avanços dos estudos lingüísticos, que englobam também os estudos gramaticais, sabemos que há várias outras possibilidades de conceituação da gramática da língua, de acordo com uma miscelânea de fatores que contribuem para o apoderar-se dos falantes em relação ao conteúdo gramatical, que não deve ser baseado apenas no aspecto normativo ou no aspecto descritivo, mas que também não o despreza, pois os falantes devem adquirir conhecimentos acerca do sistema da língua que eles falam e escrevem.

Esse entrave conceitual reflete-se nas práticas pedagógicas voltadas para o ensino de gramática. Da abordagem unívoca da gramática, passou ao

pensamento radical de que ela deveria ser abolida da sala de aula em prol de um ensino de língua que fosse voltado para o texto, na exploração da leitura e da escrita dos alunos, bem como na aquisição de habilidades inerentes a essas duas vertentes.

Contudo, os aspectos gramaticais são de suma importância para o entendimento do texto. Não há texto sem gramática. Embora saibamos que apenas o conhecimento do conteúdo gramatical não seja suficiente para a produção textual, nem para a aquisição de determinadas habilidades de leitura, a gramática tem seu lugar dentro do ensino de língua portuguesa.

O que deve mudar, certamente, é a abordagem acerca de sua matéria em sala de aula, e fazer-se perceptível a sua aplicabilidade em situações comunicativas, indo além das prescrições normativas que a tradição escolar perpetuou durante muito tempo e explorando terrenos mais férteis como os da análise lingüística.

Assim, é necessário repensar a importância do ensino de gramática na escola, olhando-a sobre um prisma diferente que possibilite a observância da funcionalidade da gramática para o uso efetivo da língua, sem que nos centremos em conceituações

formais de classes de palavras, por exemplo, desprovidas de sentido para os discentes e permeadas de armadilhas.

Nesse sentido, através da observação de práticas metodológicas com foco no ensino da gramática, percebemos que, na maioria das vezes, ela é abordada de modo descontextualizado, sem relação direta com o texto, tampouco refletindo sobre a vivência escolar do aluno. Além disso, é consenso entre os discentes que o estudo da gramática em sala de aula restringe-se àquele espaço, sem aplicabilidade na sua vida fora da escola. Por essa razão, estudar gramática torna-se desinteressante na visão do aluno e, conseqüentemente, temos um ensino gramatical desvirtuado.

Ao longo desse texto, poderemos observar que os diferentes conceitos acerca da gramática giram em torno de seu ensino normativo, pautado na perpetuação de regras que regem a língua padrão. Mesmo que se concebam definições que vislumbrem uma perspectiva diferenciada no tocante ao trabalho com a gramática em sala de aula, as práticas centram-se na análise de situações gramaticais que não condizem com o uso pragmático da língua.

Diante disso, propomo-nos traçar uma atividade que direcione o ensino de gramática para um viés reflexivo, de caráter pedagógico, que se utilizando dos contextos sociais nos quais os alunos estão inseridos, possa vincular-se aos gêneros textuais comuns no cotidiano da maioria dos discentes.

## **2. Metodologia**

---

A abordagem sobre a qual pretendemos discorrer tem como nuance a reflexão acerca da prática do

ensino de gramática em sala de aula, bem como a observação de possibilidades de aplicação do conteúdo em questão em situações práticas.

Assim, planejamos uma estratégia didática para trabalhar com alunos de nono ano do ensino fundamental, com o intuito de demonstrar, mediante a exploração do gênero textual artigo de opinião, a funcionalidade dos elementos gramaticais para o encadeamento das ideias e defesa de um ponto de vista. Portanto, o trabalho em questão teria caráter exploratório, pautado nos problemas inerentes à absorção do conteúdo gramatical. No tocante ao procedimento metodológico, há a adoção da pesquisa bibliográfica, a fim de ancorar o discurso acerca da abordagem gramatical promovida na escola e o conceito que se tem sobre gramática.

Com isso, fomentaremos o pensamento sobre a importância das implicações pedagógicas que considerem as várias possibilidades de uso da língua, mesmo não obedecendo à norma linguística vislumbrada por gramáticos, mas que expressam a essência da língua em sua manifestação social.

Em suma, trataremos dos conceitos acerca do que é gramática, bem como promover uma reflexão sobre a aplicação desse conceito no direcionamento didático dado ao ensino de língua no cotidiano escolar. Em outra seção dessa abordagem, trataremos da importância que se dá à gramática na sala de aula, apontando para questões que pautam o seu ensino. Por fim, discorreremos sobre implicações pedagógicas que possam contribuir para um ensino de gramática que seja includente, apresentando proposta de atividade nessa perspectiva.

### 3. O(s) conceito(s) de gramática

Desde a Antiguidade Clássica, quando surgiu a Gramática Tradicional, a busca pela definição de um conceito gramatical foi feita enveredando vários caminhos. Embora se buscasse uma gramática descritiva, cujo teor pairasse no estudo do comportamento linguístico dos falantes em um dado momento, na análise estrutural e funcional da língua, havia sempre o direcionamento para a definição centrada no preceito normativo da “arte de falar e escrever corretamente”.

Camara Júnior (2007) nos fornece esses apontamentos e diz também que a concepção do plano de estudo inerente à gramática esteve ancorada, durante muito tempo, em outras áreas de conhecimento. Isso se deveu pelo fato de não haver um objeto de estudo definido que pudesse tornar autônomas as abordagens sobre a língua. Até a linguística saussuriana, foi comum a influência de ciências como a Lógica, a Filosofia e a Psicologia nos estudos linguísticos.

Saussure (1916) aponta para três fases sucessivas na história dos estudos linguísticos para chegarmos à definição de seu verdadeiro objeto. A fase da Gramática, pautada pela lógica; depois dela, a fase filológica, cujo objetivo era comentar textos, e se ocupar de aspectos da história literária; e, por fim, a fase da “Gramática comparada”, que surgiu com a descoberta da possibilidade de comparação entre as línguas.

Ao longo de todo esse percurso, um conceito que predominou acerca da gramática foi o normativo. Entretanto, outros conceitos foram possibilitados com o advento da linguística moderna e suas ramificações, como o da gramática descritiva e pedagógica, sem necessariamente estarem vinculados ao modelo retórico greco-latino,

tampouco excluir as ideias prescritivas da gramática normativa.

Assim, dentre os vários conceitos de gramática, podemos citar a priori o da gramática de caráter normativo, inerente ao que Franchi (2006) chama de sistema de normas que são construídas com base no uso consagrado da língua o qual é estabelecido por especialistas. O autor diz também que esse conceito é carregado de preconceitos de diversas naturezas como elitistas, acadêmicos e de classes.

Para Lima (2012), essa gramática normativa é fruto do espelhamento num ideal de perfeição consagrado pelo uso idiomático da língua. A finalidade seria, então, sistematizar as normas que representariam o ideal de expressão correta em determinada época.

O sentido da gramática normativa está relacionado à busca de um padrão linguístico que deve ser obedecido pelos falantes da língua para, como Travaglia (2009) diz, não ocasionar a degeneração da língua pátria. Por isso tudo “o que foge a esse padrão é “errado” (agramatical, ou melhor dizendo, não gramatical) e o que atende a esses padrões é “certo” (gramatical)” (2009, p. 24-25).

Mesmo reconhecendo o valor relacionado à norma para o que Franchi (2006) chama de saber gramatical, outros aspectos são marginalizados quando se valoriza apenas o uso consagrado da língua, ainda que se entenda a existência das variantes linguísticas e de uso coloquial dessa língua por seus falantes. A busca desse padrão citado por Travaglia (op. cit.) ocasiona a exclusão de outras situações comunicativas, recorrentes no uso da língua no cotidiano dos falantes.

Dessa forma, faz-se necessário a abordagem gramatical sob outras óticas. Assim, outra visão conceitual acerca da gramática está relacionada ao

seu aspecto descritivo. Num estágio diferente do conceito normativo, o caráter descritivo da gramática diz respeito a “um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.” (FRANCHI, op. cit, p. 22).

Apesar do vulto funcional da gramática descritiva, esta presta-se ao serviço da norma, e também é comum na prática escolar cujo direcionamento metodológico está voltado para a fixação das regras gramaticais, mediante o desenvolvimento de uma gramática descritiva que está fora de um contexto de uso. Podemos dizer isso porque essa gramática é feita com base num modelo teórico e tem como função aferir a gramaticalidade da língua (Cf. Travaglia, 2009).

Esse simplismo da gramática descritiva, que funciona como ferramenta da norma, deve-se à variabilidade da língua, conforme nos aponta Camara Júnior (2007). Segundo ele, há vários aspectos inerentes ao uso da língua com os quais nem a gramática descritiva, tampouco a normativa conseguem lidar apenas pela força de suas regras ou descrição de seus usos.

Nesse sentido, voltemos a Franchi (2006) que traz uma nova perspectiva que não renega os conceitos já citados, mas trata da importância de considerar outros fatores relativos à linguagem. Assim, o autor diz que a “gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica” (p. 25).

Corroborando com as ideias de Franchi (op. cit.), temos em Travaglia (op.cit) a ideia de gramática

internalizada, como uma concepção de gramática que não depende de escolarização como as duas citadas aqui. Nesse sentido, ela seria “o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar.” (TRAVAGLIA, 2009, p. 28).

Dessa forma, devemos considerar que o conceito de gramática internalizada apresenta uma distinção importante para o ensino gramatical, visto que propõe a mudança de visão em relação ao “erro linguístico”, considerado com inadequação. Do mesmo modo, anda mais próximo ao que Travaglia (op. cit.) chama de ensino produtivo, que visa aumentar os recursos linguísticos dos alunos e não desprezar àqueles adquiridos fora da escola.

## **4. O lugar da gramática na sala de aula**

---

Há muitos equívocos acerca da abordagem gramatical em sala de aula. A diversidade de opiniões sobre o assunto caminha no terreno da exclusão total da gramática (entenda-se a normativa), principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, visto que há a ideia de que os discentes desta etapa de ensino não absorvem o conteúdo gramatical trabalhado no chão da sala de aula. Há também o pensamento direcionado para a gramática reflexiva que, por extensão, encaminha-se para o que se chama de gramática de texto que, muitas vezes, não passa de mero pretexto para o ensino prescritivo das normas gramaticais.

Esses dois aspectos, um tanto quanto polarizados, contemplam um radicalismo no ensino de gramática que torna imprecisa a sua abordagem. Deve-se ressaltar, assim, a necessidade de um patamar de equilíbrio em relação ao invólucro de elementos que circundam o ensino gramatical.

Sabemos que o caráter normativo da língua deve ser conhecido pelos seus falantes, embora eles possuam outras possibilidades de organização linguística que são diversas daquilo que prega a norma. Da mesma forma, o vislumbre de uma gramática de texto, concebida a partir da reflexão de uso em uma dada situação comunicativa é de bastante relevância.

Todo falante tem suas noções gramaticais, que estão relacionadas a aspectos já citados aqui, conforme Franchi (2006), e que isso não deve ser renegado, desprezado ou marginalizado pela escola. Contudo, o sistema gramatical, composto por regras e pelo uso consagrado da língua, deve ser oportunizado pelas instituições escolares. Mesmo entendendo a importância de outras perspectivas para o estudo e análise linguística, estas não anulam o enfoque normativo da gramática, ainda que muitos o condenem.

O caráter essencial do ensino normativo da gramática está centrado na necessidade de os falantes dominarem a norma e incrementarem a sua gramática. A complexidade gramatical requer a absorção de seus preceitos e, além disso, as suas possibilidades de uso, de forma que os falantes/escritores/alunos de língua portuguesa adquiram as competências comunicativas para atuarem linguisticamente de maneira adequada, seja por meio de textos orais ou escritos.

É necessário ressaltar também que a gramática a ser trabalhada em sala de aula deve contemplar as necessidades de produção de texto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (2001) apontam para a ideia de utilidade dos aspectos gramaticais, haja vista o conhecimento desses aspectos proporcionar ao escritor o monitoramento da própria escrita, assegurando adequação, coerência, coesão além de correção.

Entretanto, o ensino de gramática da escola ainda é voltado apenas para os aspectos descritivo e normativo. Vários fatores concorrem para isso, como é o caso da formação docente inadequada para tal abordagem em sala de aula e, unido a isso, uma abordagem gramatical em livros didáticos sob a égide do conceito normativo da língua.

No tocante à formação docente, há conflitos de naturezas diversas inerentes ao que se estuda nas universidades e ao que se propõe para o currículo da Educação Básica, pois a teoria assimilada nos bancos das academias, nas graduações, não corresponde, muitas vezes, com a realidade encontrada nas escolas. Com isso, o que se faz em relação ao estudo de gramática é promover a repetição daquilo que se aprendeu (ou imagina-se que se aprendeu) sobre gramática em seu aspecto normativo, mecânico que, como sabemos, não condiz com a demanda linguística que temos hoje.

Dessa forma, devemos entender que há a necessidade de um direcionamento diferenciado daquilo que se prega como verdade absoluta em relação ao ensino de gramática. De acordo com os PCN, é importante entender as reais capacidades dos alunos em cada momento do processo de ensino aprendizagem, visto que “não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo” (BRASIL, 2001, p. 90).

Considerando a complexidade do trabalho com língua, também entendemos que não há condições adequadas para uma abordagem linguística que pare apenas no livro didático, principalmente em relação à gramática. Ainda que seja um suporte considerável para o trabalho do professor, o livro sempre apresenta lacunas acerca do ensino gramatical.

É comum a presença de frases descontextualizadas

para análise gramatical ou exercícios com frases extraídas de texto, mas com o único objetivo de observar a função sintática das palavras. Mesmo com a guinada que se deu em relação aos estudos sobre a língua e o surgimento de várias possibilidades para a abordagem desse assunto, o “ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa que são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, da qual é tirada a maioria dos exemplos.” (TRAVAGLIA, 2009, p. 101). Faz-se necessário, portanto, outros referenciais que embasem o trabalho desenvolvido sobre gramática na escola.

## 5. Implicações pedagógicas para o ensino de gramática

---

Diante dos aspectos abordados em sala de aula sobre o ensino de gramática, há, ao menos, dois pontos nevrálgicos a serem discutidos para que se amplie a visão pedagógica para além do ensino normativo da língua que, como sabemos, é feito de maneira excludente e preconceituosa. Dessa forma, é importante nos voltarmos para os aspectos de análise linguística e para o caráter pragmático da língua para que o ensino de gramática seja, de fato, produtivo em sala de aula.

Ao falar do caráter pragmático da língua, devemos considerar que, para o ensino gramatical ser incluyente, devemos levar em conta as variações das regras de uso da língua, bem como as variações da norma linguística, pois há várias transgressões promovidas pelas diversas situações comunicativas protagonizadas por falantes que fazem o uso real da língua. Em outras palavras, precisamos observar o caráter prescritivo da gramática da língua.

Dessa forma, é necessário entender as atividades de linguagem como um processo de interação verbal que vai muito além do plano gramatical. Assim, é preciso que se promovam atividades que possam desenvolver a competência comunicativa dos alunos em situações discursivas diversas.

Nesse sentido, atividades de produção e compreensão de textos são de suma importância para que os alunos percebam a funcionalidade dos aspectos gramaticais a partir de situações de uso, compreendendo também que há um leque de possibilidades para a efetivação das normas linguísticas e as suas adequações em determinados contextos.

Nessa perspectiva inclusiva do ensino gramatical, é importante ressaltar, ainda, a necessidade de transformação do pensamento acerca da utilidade da abordagem gramatical em sala de aula. Neves (1990) apud Travaglia (2009) apresenta uma pesquisa que aponta o pensamento do professor em relação ao ensino de gramática, voltado ainda para a concepção de que se aprende gramática para “falar e escrever melhor”, sendo que este ensino está desligado de qualquer utilidade prática, resumindo-se ao sucesso em sala de aula nos exercícios propostos.

Antunes (2007) nos apresenta uma série de implicações para o ensino de língua que ampliam a visão acerca da abordagem gramatical que fazemos em sala de aula. Nessa perspectiva, a autora traz algumas ideias para esta tarefa que pode fazer-se de maneira incluyente, considerando os variados aspectos relacionados ao trabalho com a língua e, conseqüentemente, com a gramática.

Nesse sentido, Antunes (op. cit.) diz que há uma complexidade de fatores que devem ser considerados para o ensino de gramática, a saber: exploração das variedades lexicais; ciência da

relação entre sequências textuais e elementos gramaticais, pois eles variam de acordo com a tipologia textual adotada; adequação de gênero textual e modalidade de expressão (oral ou escrita); reconhecimento dos propósitos comunicativos da atividade verbal; entre outros aspectos que comprovam que apenas o ensino da nomenclatura gramatical não é suficiente para a plenitude do ensino da língua.

Por isso, é importante que o ensino de gramática esteja voltado para a percepção de que a gramática é apenas uma parte da língua e que, “sozinha, é incapaz de preencher as necessidades interacionais de quem fala, escuta, lê ou escreve textos.” (ANTUNES, 2007, p. 51-52, grifo da autora).

Travaglia (2009) propõe

[...] que o ensino de gramática seja basicamente voltado para uma gramática de uso e para uma gramática reflexiva, com o auxílio de um pouco de gramática teórica e normativa, mas tendo sempre em mente a questão da interação numa situação específica de comunicação e ainda o que faz da sequência linguística um texto que é exatamente a possibilidade de estabelecer um efeito de sentido, uma unidade de sentido para o texto como um todo (p. 110).

Como se percebe, há vários aspectos a serem considerados a respeito do ensino de gramática. Centrarmos a abordagem gramatical apenas no ensino de regras consiste na perpetuação do preconceito linguístico e exclusão dos falantes que não dominam a linguagem formal.

Portanto, uma proposta de ensino de gramática que seja incluyente deve considerar a completude dos aspectos relacionados ao uso da língua, com suas regras e variações. Não se pode dar ênfase às regras gramaticais em detrimento ao uso da gramática dos falantes da língua. Devemos entender que essas regras são um componente da língua que, unido a outros, pode tornar pleno o domínio da língua.

## 6. Uma proposta para o ensino de gramática

---

O ensino contextualizado de gramática deve considerar o contexto social de inserção do aluno e, a partir dele, elaborar atividades didáticas que possam refletir diretamente na vivência desse aluno. Nessa perspectiva, o estudo gramatical precisaria estar vinculado a um texto, estruturado em um gênero que fosse útil ao aluno não apenas no ambiente escolar, mas principalmente fora dele.

Essa perspectiva de trabalho com a gramática pode ser relacionada com as ideias de letramento, postuladas principalmente por Street (2014). Ora, quando pensamos sobre o ensino de gramática, seguindo um viés normativo, estamos de certa forma, tratando de situações de aprendizagem inerentes ao que o autor inglês chama de letramento autônomo, pois há a ideia de que o aluno angaria sucesso pelo simples fato de ter domínio sobre a tecnologia da escrita, algo que pode ser conquistado mediante a aquisição de conceitos gramaticais, por exemplo, através do que se chama de letramento escolarizado.

Contudo, há outras possibilidades de uso da língua que não renegam o entendimento acerca das normas gramaticais, mas que vão além dele. Por isso, quando se busca trabalhar os aspectos gramaticais sob a égide de outros aspectos relativos à língua, estamos abrindo terreno para o que é chamado de letramento ideológico.

Com isso, podemos nos valer dos estudos relativos a esse letramento ideológico, que aponta para a necessidade de se abordar questões inerentes à língua muito mais complexas do que aquilo proposto pela mera reprodução de regras gramaticais. Nesse sentido, é importante levar em consideração que, na escola,

[...] a associação da aquisição do letramento com o desenvolvimento pela criança de identidades e posições sociais específicas; o privilegiamento da língua escrita sobre a oral; a interpretação da consciência 'metalinguística' em termos de práticas letradas específicas e terminologia gramatical; e a neutralização e objetificação da língua que disfarçam seu caráter ideológico – tudo isso tem de ser entendido como processos essencialmente sociais. [...]” (STREET, 2014, p. 144)

Ainda levando em consideração o caráter contextual que deve ser inserido ao ensino de gramática, é pertinente ressaltar os preceitos inerentes à Linguística Textual. De acordo com Marcuschi (2012), progride-se, a partir dessa nova vertente de estudos linguísticos, no sentido de não se considerar a frase como a instituição-mor do estudo da língua, mas observando outras perspectivas de análise, envolvendo tanto aspectos cotextuais – como os gramaticais – como contextuais, ambos responsáveis pela estrutura do texto.

Assim, construímos um plano de aula que contemple esse aspecto e que, à medida que o aluno fizer reflexões sobre o texto, também estará explorando questões gramaticais pertinentes ao gênero e à situação de aplicação da atividade. Nesse contexto, os PCN (2001) apontam determinados gêneros que são fundamentais à efetiva participação social do aluno, categorizando-os em literários, de imprensa, publicitários e de divulgação científica. Os literários constituem-se de crônica, conto e poema; os de imprensa, notícia, artigo, carta do leitor e entrevista; e os de divulgação científica, o relatório de experiências, e esquema e resumo de artigos ou verbetes de enciclopédia.

A proposta de atividade destina-se ao nono ano do ensino fundamental e foi construída a partir do gênero artigo de opinião. Além de trabalhar a estrutura do gênero, os alunos poderão

desenvolver a habilidade de argumentação, o que é imprescindível para o convívio social. No aspecto gramatical, deve ser abordado o emprego das conjunções e locuções conjuntivas que funcionarão como articuladores textuais.

## 6.1 O PLANO DE AULA

### CONTEÚDO:

O uso das conjunções e locuções conjuntivas como mecanismo de coesão textual no artigo de opinião.

### OBJETIVO(S):

- Conhecer o gênero artigo de opinião;
- Saber que a argumentação é um instrumento de defesa do ponto de vista, a fim de convencer o leitor/ouvinte de sua opinião ou fazê-lo discordar de uma opinião contrária;
- Compreender a importância do argumentar em diferentes contextos sociais;
- Entender que as conjunções e locuções conjuntivas podem ser usadas como articuladores textuais, facilitando a progressão temática;

### DURAÇÃO:

06 horas/aulas de 50 minutos cada.

### METODOLOGIA:

**1ª E 2ª AULAS:** Apresentar à turma o artigo de opinião.

Leitura do artigo de opinião “A pedra que não canta mais”, de Lara Maria Fonseca da Silva.

### A pedra que não canta mais

Lara Maria Fonseca da Silva <sup>4</sup>

<sup>4</sup> Aluna da E.R.E.M Alberto Augusto de Moraes Pradines, na Ilha de Itamaracá-PE, em 2014. Orientada pela professora Tatiana Cipriano de Oliveira. Texto finalista da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, edição 2014. Tema: O lugar onde vivo. Disponível em <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/>>. Acesso em 20 out. 2016.

O pai de “Chicó” e “João Grilo”, o nordestino “cabra da peste”, Ariano Suassuna, sempre fez questão de alertar nosso povo para se orgulhar, preservar e propagar a riqueza da cultura popular brasileira. Porém, no lugar onde vivo, a cultura parece sucumbir ao descaso e ao abandono.

Itamaracá é uma pequena e encantadora ilha do litoral norte de Pernambuco. Os índios a chamaram de “pedra que canta” devido ao som produzido pelo encontro das águas do mar com as pedras. Foi a menina dos olhos do saudoso cantor Reginaldo Rossi e é o reino da pedra preciosa que canta ciranda, a rainha Lia. Embora sejam parte da cultura da ilha, Lia e as rodas de ciranda têm sido cada vez mais raras em festas da cidade. Esse fato tem gerado muitas divergências de opinião entre os nativos do lugar.

Os mais antigos não se cansam de contar histórias sobre os anos de ouro da ciranda e seus festivais que atraíam multidões para a praia de Itamaracá.

Segundo dona Maria, representante do grupo da terceira idade, a cultura de Lia faz parte do tesouro da ilha e não pode ser esquecida. Ela ainda conta que, nas raras apresentações da cirandeira, sempre faz questão de colocar sua saia rodada e se entregar ao balanço e ao ritmo que a acompanha desde que nasceu.

Já a maioria da população jovem posiciona-se contra a presença da ciranda nas festas da cidade. O estudante Higor Silva argumenta que ritmos como o rock, o brega e o funk não dão espaço para que a dança cultivada por seus pais e avós conquiste sua geração. Para ele, a globalização e o avanço tecnológico abriram um leque de possibilidades para que outras preferências musicais despontassem. Com isso, o que se vê é um processo de aculturação, causando a perda da verdadeira essência ilhéu.

Segundo Maria Lúcia e Maria Helena no livro *Filosofando*, “cultura é o sentido de ser, pertencer a um determinado grupo, região”. Mas a identidade cultural da ilha vem sendo dominada por outros ritmos musicais, especialmente por alguns bregas com linguagem pejorativa e sem a mínima coerência, e, a meu ver, não colaboram em nada para a nossa história cultural. Porém, não podemos apenas culpar os jovens por esse assassinato cultural, pois parte de nossa própria administração municipal há muito tempo vem tratando esse assunto com descaso.

A própria Lia, em uma entrevista ao jornal *Diário de Pernambuco*, disse que é preciso buscar quem valorize sua arte, pois, “se ficar na ilha, vai ficar a ver navios”.

Infelizmente, carregar o nome da ilha mundo afora não tem sido mais um motivo para a rainha cirandeira ser reconhecida. Há algum tempo as apresentações cirandeiras resistiam nas noites de sábado em um local humilde à beira-mar. Porém, a fragilidade da estrutura não suportou o último inverno e veio a desabar, colocando um fim melancólico e revoltante ao balanço de mãos e corpos guiados pela voz forte da rainha, sob a luz da lua e testemunhado pelo vai e vem das ondas do mar.

Assim, sou filha da ilha e dói-me ver a verdadeira pedra que canta e encanta sendo silenciada pelo desprezo. Meu maior medo, como diz a canção, é que “nossas raízes e matrizes morram por falta de irrigação”. A ciranda não tem prazo de validade nem indicação para determinada faixa etária. Defendo a ideia da implantação de projetos nas escolas para que, desde pequenos, os ilhéus cresçam com a semente da ciranda plantada em seus corações. Amo essa dança, que, para mim, é um verbo que conjugamos juntos, de mãos dadas, a cada passo marcado pelos tambores, e se emoldura como minha identidade cultural. É

preciso aprender a valorizá-la para evitar que nossa rainha morra e seu legado seja esquecido pelas futuras gerações. Como diz o poeta Azuir Filho, no blog Giramundo, “a ciranda de Lia ajuda a libertar os humanos da pequenez e os leva à condição de igualdade e de irmandade para construírem em união e comunhão o entendimento e a felicidade das comunidades humanas.

Após a leitura:

- discussão dos aspectos abordados pelo texto;
- conhecimento da estrutura;
- identificação do ponto de vista e dos argumentos que sustentam a opinião do autor.

**3ª E 4ª AULAS:** Estudar os tipos de argumentos.

- Evidenciar os principais tipos de argumentos: de autoridade, de princípio, por analogia, por exemplificação, por evidência e por causa e consequência.
- Retomar a leitura do artigo de opinião “A pedra que não canta mais”;
- Reconhecer os tipos de argumentos empregados nele.

**5ª E 6ª AULAS:** Conhecer as relações coordenativas e subordinativas estabelecidas pelas conjunções e locuções conjuntivas no texto.

- Coordenativas: aditivas, adversativas, alternativas, explicativas, conclusivas;
- Subordinativas: integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais, temporais.

**ATIVIDADES:** Reconhecer as conjunções e locuções conjuntivas empregadas no artigo de opinião e identificar outros articuladores conjuntivos possíveis no contexto das informações textuais.

## 7. Considerações Finais

---

A demanda para o ensino de língua portuguesa requer um olhar diferenciado dos professores sobre as nuances que permeiam os seus aspectos. Há uma miscelânea de fatores que concorrem para que o uso da língua seja um exercício pleno. Nesse sentido, devemos considerar a importância dos aspectos gramaticais como sendo essenciais para o reconhecimento de marcas linguísticas que contribuem para o entendimento de textos, como é o caso das conjunções, classe gramatical que contribui para a coesão textual, o que é preponderante em textos como o artigo de opinião, para o qual sugerimos uma abordagem neste trabalho.

Dessa forma, a gramática é, sem dúvida, um fator bastante relevante para o efetivo exercício da língua, ainda que não seja o último. A diversidade de conceitos que surgem em relação a ela deve ser considerada sob a ótica do melhoramento que é propiciado pelos estudos linguísticos como um todo. Contudo, não devemos encará-los como algo inalterável e com regras inabaláveis.

Assim, devemos considerar os aspectos gramaticais de maneira geral e entendermos a necessidade da abordagem gramatical em sala de aula. Além disso, tais aspectos são demasiadamente importantes para a construção de sentidos de um texto, pois se defende a ideia de que o valor morfossintático dos termos deve ser acompanhado de seu valor semântico.

Devemos, portanto, respeitar o caráter essencial do ensino de gramática na escola e respeitar a sua importância para a compreensão da língua e o seu uso adequado nas diversas situações comunicativas. Dessa forma, é necessário compreender também a necessidade de suscitar implicações pedagógicas que contemplem uma

gramática mais abrangente, longe do terreno do preconceito linguístico e do desprezo às variações da língua.

Em suma, o ensino de gramática deve ser considerado à luz das novas teorias que dão margem a várias possibilidades de ensino e aprendizagem da língua. Todavia, não se deve menosprezar o trabalho com a gramática normativa ou tentar aboli-lo, pois ele também tem seu espaço em sala de aula, desde que aconteça de

maneira incluyente. O equilíbrio entre os variados aspectos que dizem respeito ao ensino de gramática, certamente é a melhor forma de criar situações de aprendizagem que levem em conta, tanto as questões normativas quanto as prescritivas da língua, bem como as variações que ocorrem e devem ser respeitadas.

## Referências Bibliográficas

---

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de gramática sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Charles Bally e Albert Sechehaye (org.). 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento na etnografia e na educação. BAGNO, Marcos (trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.